



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número /x (.ª)

PERGUNTA Número 2293 /x (4ª)

Expeça-se
Publique-se
09/05/13
O Secretário da Mesa

Assunto: **Resposta à Pergunta n.º 2083/X/4ª – 16-4-09 sobre o assunto: “Governo “empata” relatório sobre Isaltino”**

Destinatário: **Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

Da resposta do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local à Pergunta n.º 2083/X/4ª, de 16-4-09, sobre o artigo publicado pela revista “VISÃO” nessa mesma data, resulta objectivamente que, três anos e quatro meses depois de determinada a Inspeção Sectorial ao Município de Oeiras, incidindo sobre as áreas dos recursos humanos e urbanismo, o Relatório Final da mesma ainda se encontra em avaliação pelo Governo, ou seja, não se encontra homologado, o que, como referia a citada notícia, poderá levar objectivamente à prescrição de actos ilícitos graves. A resposta agora recebida assume aliás de forma inequívoca que foram “...identificadas situações de ilegalidade no licenciamento de operações urbanísticas e a subsistência de outras já identificadas pela IGAL em acção inspectiva anterior e devidamente transmitidas ao Ministério Público, e que não foram corrigidas pela câmara municipal”. Mais de três anos e quatro meses parece manifestamente um tempo excessivo para o desenvolvimento e conclusão de uma Inspeção Sectorial.

Resulta ainda que **2 dos 5 Relatórios Parcelares** a que a referida inspeção deu origem, como é assumido na resposta, são a **causa objectiva invocada para os atrasos na homologação do Relatório Final não se descortinando entretanto as verdadeiras razões dos atrasos.** Importará assim esclarecer se o Relatório Parcelar que se afirma ter ficado suspenso por solicitação do Ministério Público junto do Tribunal de Oeiras foi enviado para este por despacho do Senhor Secretário de Estado a exemplo do que sucedeu com os dois enviados para o Ministério Público junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra quando em princípio o importante era acelerar a conclusão do processo de forma a assegurar a sua rápida homologação, condição essencial para dar curso a eventuais investigações e acusações em função dos actos ilícitos cometidos e não abrir portas a eventuais prescrições. Sendo por despacho do Senhor Secretário de Estado não se percebe também porque não foi o referido relatório enviado para o Ministério Público junto do Tribunal de Sintra, a exemplo dos dois referidos no ponto 2, para aferir de eventuais responsabilidades criminais. Também **não é dada qualquer explicação para o insólito facto do Relatório Parcial referido no ponto 5 só**



ter dado entrada no Gabinete do Senhor Secretário de Estado em 3-4-2009 ou seja três anos depois dos outros. Não são atrasos a mais?

Assim, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, venho requerer através de V. Exa., ao Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, resposta às seguintes perguntas:

- 1. Considera o Governo normal que uma inspeção sectorial determinada em 3-1-06 não tenha o Relatório Final homologado mais de 3 anos e 4 meses depois?*
- 2. Quando pensa o Governo que o Relatório Final estará finalmente homologado?*
- 3. O Relatório Parcelar referido no ponto 4 foi ou não enviado para o representante do Ministério Público junto do Tribunal de Oeiras por despacho do Senhor Secretário de Estado a exemplo dos 2 enviados para o representante do Ministério Público junto do Tribunal de Sintra? Qual a data desse despacho? Porque não despachou o Senhor Secretário de Estado todos os Relatórios Parciais para o mesmo representante do Ministério Público?*
- 4. Como explica o Governo que o Relatório Parcial referido no ponto 5 só tenha dado entrada no Gabinete do Senhor Secretário de Estado no dia 3-4-09 ou seja três anos depois dos outros?*

Palácio de São Bento, 13 de Maio de 2009.

O Deputado,

José Soeiro